

AS DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL (1967-1984)

Roberto Sabino¹

RESUMO: O presente artigo analisa as disputas em torno das representações do patrimônio nacional entre os anos de 1967 a 1984. As disputas em torno das representações do patrimônio nacional envolviam dois sujeitos sociais: Renato Soeiro e Aloísio Magalhães, tendo como contexto social o regime militar. O primeiro é tributário de uma concepção de patrimônio restrita aos bens culturais de origem luso-brasileira; o segundo trabalhava com uma noção de patrimônio alargada, contemplando a diversidade da cultura brasileira. O resultado dos litígios em torno da definição do que seria o patrimônio nacional, foi o tombamento das técnicas de fabricação de vinhos de Caju da Fábrica Tito e Silva e o maior envolvimento dos grupos sociais nos mecanismos governamentais de preservação do patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Representação, patrimônio, tombamento e preservação.

Entendendo o campo patrimonial como uma arena de litígios pela atribuição de determinados sentidos a coleções museológicas, a conjuntos urbanos, a edifícios e monumentos, a paisagens naturais e técnicas do saber-fazer de uma comunidade será analisada as disputas em torno das representações do patrimônio brasileiro no período de 1967 a 1984. Para compreender os litígios em torno dos significados do patrimônio nacional em fins da década de 1970, identificou-se duas propostas de representação do patrimônio nacional. A primeira ligada ao arquiteto Renato Soeiro, que de 1967 a 1979, esteve à frente da direção do IPHAN². A segunda estava relacionada ao designer Aloísio Magalhães, que em

¹ Mestre em Museologia, Coordenador do Núcleo Educativo do Museu do Ceará . E-mail: roberto.silva.sabino@hotmail.com

² O IPHAN, como hoje é concebido, foi criado em janeiro de 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), vinculado ao antigo Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Em 1946, com a elaboração de um regimento interno, se tornou Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em julho de 1970, o então DPHAN foi transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com maior autonomia administrativa e financeira. Em 1979 o IPHAN é dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como órgão normativo, e Fundação Nacional Pró-memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990, a SPHAN e a FNPM foram extintas dando lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, através da medida provisória nº 752, o IBPC é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão ligado ao Ministério da Cultura (MinC), formato institucional que é mantido até hoje. Informação disponível no site do

1975, criou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) levando as experiências e projetos do órgão em junho de 1979 ao IPHAN (MAGALHÃES, 1979a), quando passou a ocupar o cargo de diretor-geral do órgão. As duas propostas, de Renato Soeiro e Aloísio Magalhães, disputaram em fins da década de 1970, o mais alto posto federal de preservação do patrimônio: a direção do IPHAN.

Os litígios que envolviam as duas propostas de reconhecimento do patrimônio brasileiro estavam relacionados ao tema já amplamente debatido por vários autores (GONÇALVES, 2002; FONSECA, 2009, CHUVA, 2002): a ampliação do conceito de patrimônio. No entanto, os autores deixam de abordar dois importantes elementos: os atores sociais envolvidos nesse processo e a mudança de orientação do governo militar no campo cultural em fins da década de 1970. José Reginaldo Gonçalves (2004) e Maria Cecília L. Fonseca (2009), ao analisarem o processo de ampliação do patrimônio no Brasil não distinguem dois sujeitos sociais importantes, quando se trata de políticas de patrimônio no Brasil: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro.

Ambos foram diretores do órgão, mas viveram demandas e contextos absolutamente diferentes. Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador e primeiro diretor do órgão, dirigiu o então Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de 1937 a 1967 e enfrentou contexto social de ditadura do governo Vargas e o esforço desse governo em construir uma imagem do Brasil como nação (BARBALHO, 1998). O país deveria se integrar ao processo de evolução universal da humanidade, discurso típico de construção dos estados nacionais, desde os estágios mais primitivos até os mais avançados (CHUVA, 2009). Naquele contexto, de ditadura do governo Vargas, o patrimônio deveria representar a nação como resultado da marcha universal dos estados nacionais rumo ao ‘progresso’. Nesse sentido, o patrimônio era concebido como instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação (GONÇALVES, 2005).

Sob a gestão de Renato Soeiro, em fins da década de 1960, o campo patrimonial já incorporava novos demandas e interesses. Preservar o ‘patrimônio natural’, compatibilizar desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio, fomentar o potencial turístico dos bens patrimoniais e integrar todos os estados do país nas ações de preservação eram os principais temas a serem enfrentados por Soeiro (SOEIRO, 1978a).

A gestão de Renato Soeiro é entendida por alguns autores (GONÇALVES, 2002, FONSECA, 2009) como uma continuidade, sem grandes rupturas, dos paradigmas

estabelecidos pelo antigo diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade. Essa postura teórico-metodológica, desconhece Soeiro como um importante sujeito nesse processo de disputa pelas representações do patrimônio nacional e coloca Rodrigo Melo Franco de Andrade, como principal e único opositor das novas representações de Aloísio Magalhães, já que a gestão de Soeiro seria somente uma continuação dos paradigmas estabelecidos pelo antigo diretor. Embora o patrimônio nacional continuasse a ser compreendido como uma expressão relacionada aos edifícios e obras de arte ligada ao nosso passado europeu, Soeiro dirigiu o IPHAN enfrentando novos problemas.

De acordo com os dados levantados a partir do material pesquisado, pode-se inferir que Renato Soeiro dirigiu a instituição sob um contexto absolutamente distinto da direção anterior. Nesse sentido, a partir do material pesquisado, identificou-se como protagonistas das disputas pela representação do patrimônio nacional: Renato Soeiro e Aloísio Magalhães.

Desde o final da década de 1960, nos últimos anos da direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), buscava meios de reformular as suas ações de patrimonialização (SOEIRO, 1978a, p. 5). Em 1966, o então DPHAN solicita a consultoria da Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (UNESCO) que envia o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Michel Parent, para fazer um diagnóstico da política de preservação dos interesses cultural e natural, e de sua utilização e vinculação ao turismo e as questões econômicas (SOEIRO, 1977, p. 9) como forma de reformular as políticas patrimoniais do órgão. A ação teve como resultado o relatório *Protection et mise en valeur du patrimoine brésilien dans Le cadre du développement touristique e économique*³. Segundo Renato Soeiro (1978b, p. 9), a partir do relatório dos pesquisadores franceses, “os técnicos brasileiros passaram a optar pela ação prioritária de conjuntos urbanísticos, conciliando-os ao aproveitamento turístico-cultural e ao desenvolvimento econômico”. O relatório é um importante elemento para entender o advento de duas questões que não faziam parte do contexto social da direção anterior⁴: o potencial turístico do patrimônio e seu poder de gerar renda, de proporcionar desenvolvimento econômico.

O envolvimento dos governos estaduais e municipais nas atividades de proteção do patrimônio também foi outra problemática enfrentada por Renato Soeiro. Os Encontros de

³ Proteção da Herança do Patrimônio Brasileiro dentro do quadro do desenvolvimento turístico e econômico (tradução nossa).

⁴ De 1937 – ano de criação do Sphan – até 1969 Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigiu o Sphan.

Brasília e Salvador⁵, respectivamente, realizados em 1970 e 1971 por iniciativa do MEC, tiveram como um dos objetivos integrar a preservação dos bens patrimoniais, convocando instâncias estaduais e municipais e criando órgãos com atuação em nível estadual no que se relacionava a preservação dos bens culturais regionais. Em decorrência dos encontros, os estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina, criaram órgãos estaduais de proteção do patrimônio de valor regional, os quais seriam supervisionados pelo IPHAN (SOEIRO, 1978a, p. 15)⁶. Esse modelo adotado no campo patrimonial era uma máxima do regime que deveria ser utilizada em todos os âmbitos governamentais da cultura: “proteger e integrar a nação” (CHAUÍ, 1986, p. 99). Nesse sentido, o patrimônio passou a ser entendido pelo governo militar como um elemento de integração de todas as regiões do Brasil, de todos os cidadãos brasileiros.

Ao contrário do IPHAN, o Centro Nacional de Referência não é criado como aparelho da burocracia estatal e nem tem o propósito, de ser uma opção às políticas de patrimônio do IPHAN. Baseado na análise dos documentos produzidos pelo Centro, desde sua fundação em 1975, identificou-se que nos seus primeiros quatro anos de existência - ao contrário do que afirma Gonçalves (2002)⁷ - o Centro não tinha nenhuma preocupação em ser uma alternativa as políticas então vigentes no IPHAN. No entanto, no decorrer de quatro anos de existência do Centro, as suas propostas acabam por se transformar em uma opção as já consolidadas ações de patrimonialização do órgão federal de preservação do patrimônio.

Aloísio Magalhães, criador e diretor-geral do CNRC, leva ao IPHAN em 1979, duas novas orientações que a direção anterior do órgão não tinha como prioridade e nem acenava como possibilidade de mudança. A primeira seria a participação ativa da comunidade a qual o bem cultural pertencia, cujo lema era: “O bem tombado deve estar a serviço da comunidade” (PORTELA, 1979b). A segunda orientação tratava da ‘ampliação do conceito de patrimônio’, que até aquele momento, estava focado exclusivamente nos monumentos da cultura que conformavam uma tradição europeia (NOGUEIRA, 1995), tornando problemática uma

⁵ O 1º Encontro de governadores de Estado, prefeitos e secretários estaduais de cultura, foi realizado em Brasília, em abril de 1970, e tinha como objetivo principal a integração de estados e municípios nas ações de preservação do patrimônio. O encontro gerou um documento denominado Compromisso de Brasília. O 2º Encontro de governadores de Estado, prefeitos e secretários estaduais de cultura, foi realizado na cidade de Salvador, no estado da Bahia em outubro de 1971. O encontro foi uma tentativa de ratificar os compromissos assumidos no encontro de Brasília (IPHAN, 2000).

⁶ Não foi possível através da documentação consultada, obter informações sobre a efetiva implantação dos órgãos estaduais de defesa do patrimônio. Uma das únicas regionais em que foi possível verificar sua efetiva implantação foi a do Ceará, que de acordo com o depoimento dos funcionários, só teve suas atividades efetivamente iniciadas em 1980.

⁷ Segundo o autor, o Centro Nacional de Referência Cultural é criado como uma opção as políticas patrimoniais do IPHAN (GONÇALVES, 2002).

identificação social mais abrangente com o patrimônio, relegando todo um acervo de expressões culturais ligados aos índios, negros, artesãos, etc (MICELI, p. 82, 1984).

Alguns autores (GONÇALVES, 2002; FONSECA, 2009) estudam a ascensão das propostas do CNRC ao IPHAN, no entanto - por não ser o objetivo dos seus trabalhos - não tocam em um ponto fundamental para a compreensão desse processo: a mudança de orientação do governo militar no campo cultural. Em 1979, com a grave crise econômica e o processo de abertura política, ocorre uma reorientação das políticas culturais do regime. Essa nova orientação garante a Aloísio Magalhães o posto de diretor do IPHAN em 1979, e a exoneração de Renato Soeiro que até então era diretor do órgão.

A partir desse período, a tônica das políticas culturais do regime, estaria pautada no incentivo dos “estratos mais baixos da população” (PORTELA, 1979, p.3), imprimindo uma ação cultural de base popular (CALABRE, 2009, p.95). Pedro Demo, Subsecretário do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1979, e principal idealizador do novo direcionamento das políticas culturais do regime, afirmava que “Dentro de um país com profundos níveis de desigualdade social a meta prioritária da política social é a população de baixa renda que além de muito pobre é maioria” (DEMO, 1980, p. 89).

Com a adoção dessa nova orientação, o governo tentava alcançar dois objetivos: aproximar-se das camadas populares como forma de fazer frente às Comunidades Eclesiais de Base, aos movimentos de favelas, às associações de bairros se apresentando como principal sujeito do processo de abertura política; e garantir interferência na vida da sociedade sem abrir mão de uma política econômica recessiva⁸ (ORTIZ, 1994, p.123).

Essa nova postura do regime militar no campo cultural vai de encontro aos direcionamentos e ações do IPHAN, então dirigido por Renato Soeiro, e abre caminho para a posse de Aloísio Magalhães ao mais alto cargo do principal órgão federal de defesa e proteção do patrimônio em 1979. Nessa época, Renato Soeiro, sofria contundentes críticas ao seu trabalho realizado no IPHAN. O elitismo e a ausência de reconhecimento do legado cultural das camadas populares eram as principais críticas ao trabalho de Soeiro. Mário Schemberg, físico, político e crítico de arte teceu duras críticas ao trabalho do IPHAN em debate promovido pela Folha de São Paulo em 02 de setembro de 1979

⁸ Devido a grave crise econômica vivida pelo país em fins da década de 1970, o governo adota uma política de corte de gastos públicos, inclusive no campo cultural (ORTIZ, 1994).

[...] nosso Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico⁹ deveria fazer uma certa mudança de perspectiva já mais voltada para o futuro. Por exemplo, nós não temos quase ideia de que havia uma arquitetura indígena e que é muito interessante. É um outro conceito de casa, um elemento inteiramente novo, que deve ser valorizado, deve ser conservado. E talvez tenha sido uma das maiores contribuições culturais do Brasil (MAGALHÃES, 1979b, p.35)

A principal crítica direcionada ao trabalho do IPHAN em fins da década de 1970 era a predominância de ações voltadas para preservação de bens culturais de origem européia e a ausência de políticas patrimoniais que reconhecessem outros elementos da cultura brasileira. Eram recorrentes as críticas de Aloísio Magalhães a concepção de patrimônio estabelecida pelo IPHAN e que tinha como principal representante dessa proposta de Soeiro. Essa problemática será o principal ponto para se compreender a saída de Renato Soeiro do IPHAN e a posse de Aloísio Magalhães no órgão.

As novas orientações que Aloísio Magalhães leva ao IPHAN - foram desenvolvidas e amadurecidas no CNRC - iam ao encontro dos novos interesses do regime. Uma das características mais caras ao Centro era a participação da comunidade ou grupo que estava diretamente ligado ao objeto de estudo em questão. Em segundo lugar, o órgão estudava expressões culturais ditas ‘populares’ e que garantiam a sobrevivência de um percentual altíssimo da população brasileira e que nunca haviam sido, sequer, mencionadas pelo IPHAN em suas políticas de preservação. Com a abertura democrática, o estado tentava se aproximar dos diversos movimentos e grupos sociais para estabelecer seu papel de protagonista no processo de democratização do país com o lema: “abertura controlada, lenta e gradual” (SILVA, 2007).

Grande parte dos estudos realizados pelo CNRC sobre artesanato popular, técnicas industriais das famílias de imigrantes e do estudo multidisciplinar do caju, garantiram a simpatia do governo militar frente aos projetos de Aloísio Magalhães, que em abril de 1979, toma posse como novo diretor do órgão. Dessa forma, o IPHAN foi um dos órgãos do MEC que, efetivamente, foi mais afetado por essa nova orientação. O patrimônio deveria cobrir uma gama de expressões culturais antes ignoradas pelas políticas de preservação, e o tombamento não poderia ser mais sinônimo de obstáculo ao desenvolvimento econômico, ao contrário, seria um instrumento de dinamização econômica dos bens culturais, sobretudo, das produções das ‘expressões populares’ do país.

⁹ Apesar de Mário Schemberg se referir ao órgão federal de preservação do patrimônio como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) - na época do debate, em 1979 - o órgão era denominado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN)

Um exemplo sintomático das novas orientações das políticas patrimoniais do IPHAN, adotadas em 1979 com a posse de Aloísio Magalhães, foi o tombamento da Fábrica de Vinhos de Caju Tito e Silva em 1984. O tombamento não se resumia a preservação do prédio, mas do estudo sistemático das técnicas e processos produtivos do vinho de caju. Seria a primeira iniciativa de tombamento do suporte de uma técnica em atividade. Para isso, o IPHAN firmaria convênio com o CNPq, que disponibilizaria pesquisadores das mais diversas áreas para o desenvolvimento de pesquisas que dinamizassem as técnicas e processos produtivos da Fábrica de vinho de caju Tito e Silva. Portanto, evidenciava-se na área da cultura, especialmente no tombamento da fábrica, o reconhecimento de uma técnica de produção de um produto cujo universo está ligado às camadas mais populares da sociedade brasileira.

Entretanto, o tombamento da fábrica não significou a hegemonia das novas propostas de Aloísio Magalhães no campo patrimonial. Segundo Márcia Chuva (2002) e Maria Cecília L. Fonseca (2009) as políticas patrimoniais do IPHAN continuaram contemplando majoritariamente os bens culturais de ‘pedra e cal’¹⁰. O desejo de Aloísio Magalhães de ampliar o raio de ação do campo patrimonial não chegou a se concretizar realmente (FONSECA, 2009, p.174). O fechamento da fábrica após um ano de seu tombamento é uma das evidências de que a nova representação patrimonial não ultrapassou o estágio do discurso.

Além do tombamento das técnicas da Fabricação de vinhos de caju, foram também tombados o Terreiro de Candomblé Casa Branca em 1984, um dos mais importantes e antigos centros de atividade do candomblé baiano, e a Serra da Barriga em 1986, onde se localizaram os quilombos de Zumbi. O reconhecimento das técnicas de vinho de caju, do terreiro de candomblé e da resistência dos quilombos de zumbi, não significou uma efetiva abertura para que outros bens culturais da cultura brasileira fossem reconhecidos como patrimônio nacional, outrossim, as políticas patrimoniais continuaram privilegiando os bens culturais de ‘pedra e cal’.

No entanto, os novos horizontes patrimoniais trazidos pela experiência do CNRC, trouxeram temáticas e questões que a partir de então passaram a ser considerados pelas políticas de patrimônio nacional. Segundo Chuva (2002, p. 85), dentre as questões que passaram a ser tratadas, ressaltam-se:

[...] por um lado a preocupação em relação aos diferentes sujeitos em jogo no processo de atribuição de significados e valores aos bens culturais selecionados e,

¹⁰ Termo utilizado por vários autores (FONSECA, 2001; NOGUEIRA, 1995; CHUVA, 2009) para denominar as políticas patrimoniais do IPHAN que privilegiavam como patrimônio edifícios e obras de arte do barroco colonial.

com isso, a relativização desse processo nos próprios procedimentos das agências de preservação – através da noção de referência cultural- e por outro, o deslocamento das atenções em relação ao produto cultural, em favor de uma preocupação voltada para o processo de produção e seus agentes – através da noção de patrimônio imaterial.

Além da emergência de novos sujeitos nas operações de atribuição de sentidos das coisas patrimoniais e da preocupação com os processos de produção do patrimônio e seus agentes, um outro importante avanço no campo foi a introdução de uma noção de patrimônio mais ampla na Constituição Federal de 1988. Na seção acerca da cultura, a constituição estabeleceu que o “Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e dos outros grupos participantes do processo de civilizatório nacional” (Art. 215). O estado estabelecia na lei o direito de grupos culturais diversos terem seu patrimônio cultural reconhecido. Ainda na mesma constituição, no Artigo 16, determinava-se que

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento.

Nesse sentido, pode-se inferir que os ecos das representações patrimoniais de Aloísio Magalhães influenciaram as leis – da Constituição Federal de 1988 - que tratavam da preservação e reconhecimento do patrimônio nacional, imprimindo-lhes o entendimento de que os bens culturais são instrumentos de garantia de cidadania para os grupos sociais excluídos da representação da nação. Essa nova configuração do patrimônio nacional trazida por Aloísio Magalhães, evita reduzir suas representações patrimoniais a um mero instrumento de legitimação do regime militar no período de distensão democrática. Como afirma Fonseca (2009, p. 174), os efeitos e influências das propostas de Aloísio Magalhães, apesar de estarem associados ao período final do governo militar, “transcenderam a fase do regime autoritário”.

Com o alargamento do conceito de patrimônio promovido pela equipe de Aloísio Magalhães, mudava-se também a forma de lidar com ele. A ação de tomar funcionava

razoavelmente bem quando se tratava de edifícios, monumentos e obras de arte, mas como tomar práticas artesanais, rituais, celebrações religiosas, que são dinâmicas e a todo instante estão passando por processos de reelaboração, de reconfiguração. O tombamento não se aplica ao universo cultural de práticas culturais que extrapolam as noções de permanência e autenticidade. A aplicação do tombamento ao universo cultural ‘popular’ do Brasil não poderia ser realizado sob pena de ‘paralisar’ o vigor de bens culturais que são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos (autenticidade e permanência), sendo mais importante nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação” (SANT’ANNA, 2009, p. 36). Nesses casos, o registro audiovisual das expressões culturais tem substituído o tombamento nas atuais políticas de reconhecimento do patrimônio imaterial do IPHAN.

Vários autores, como Nogueira (2005), Fonseca (2009), Chuva (2002) apontam como um dos fatores decisivos para o insucesso das propostas de Aloísio Magalhães a frente do IPHAN, além da sua prematura morte, a inaplicabilidade do tombamento aos novos objetos patrimoniais. O tombamento funcionava bem com patrimônios ligados ao campo da arte e arquitetura, no entanto, as práticas culturais que guardam todo o seu valor em aspectos que ultrapassam a materialidade dos objetos, o registro¹¹ seria o mais adequado.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

_____. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Patrimônio imaterial: práticas culturais na construção de identidade e grupos. In. Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. **Reflexões e contribuições para Educação Patrimonial**. SEE/MG, Minas Gerais, 2002.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

¹¹ Desde o ano 2000, o IPHAN tem estabelecido, através do Departamento de Patrimônio Imaterial, o registro como instrumento mais apropriado para o reconhecimento de expressões culturais que tem seu maior valor em aspectos imateriais (FONSECA, 2000).

DEMO, Pedro. **Pobreza sócio-econômica e política**. MEC, Brasília, 1980a.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**. Ed. Vozes: Rio de Janeiro, 2002.

_____. Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 31, Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio.. Nomeação de Aloísio Magalhães ao cargo de diretor-geral do IPHAN. **Diário Oficial de 27 de março de 1979**. IPHAN/COPEDOC - Rio de Janeiro, Arquivo Personalidades Caixa 0070, Rio de Janeiro, 1979a.

_____. Defesa do Patrimônio Cultural brasileiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 34-35, 2-set., 1979d. IPHAN/COPEDOC - Rio de Janeiro, Arquivo Personalidade, Caixa 0067, Rio de Janeiro, 1979b.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

SOEIRO, Renato Soeiro. **Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Monumental Móvel e Paisagístico, Rio de Janeiro, 1977**. IPHAN/ COPEDOC/- Rio de Janeiro, Arquivo Personalidades 0425/ Caixa 0132. Rio de Janeiro, 1977.

_____. **Discurso proferido no III Encontro Interamericano de Administração Cultural, Rio de Janeiro, 1978a**. IPHAN/COPEDOC - Rio de Janeiro/ Caixa 0132/ Arquivo Personalidades 0424. Rio de Janeiro, 1978a.

_____. Preservação do patrimônio histórico. **Jornal de Brasília**, p. 35, 29-out., 1978b. IPHAN/ COPEDOC - Rio de Janeiro/ Caixa 0132/ Arquivo Personalidades 0424. Rio de Janeiro, 1978b.

PORTELA, Eduardo. **Política de Educação e cultura**. Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 1979a.

_____. IPHAN vai seguir nova linha. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28-mar., 1979b. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, 1979b.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009b.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e processo de abertura política no Brasil (1974-1985). FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano (VOL. 4)**. O tempo da ditadura: regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.